

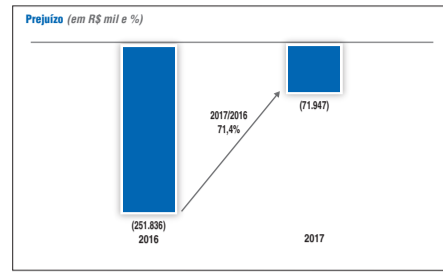
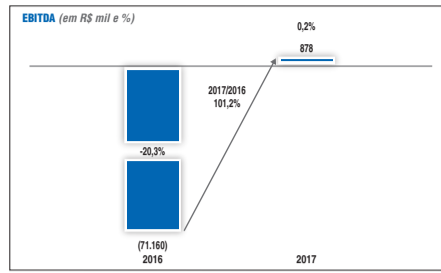
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PERFIL

Plascar S.A. A Plaspar Participações Industriais S.A. (Bovespa: PLAS3), é líder no mercado brasileiro de partes e peças relacionadas ao acabamento interno e externo de veículos automotores, atuando nos mercados originais e de reposição para montadoras da América Latina e Mercosul, com exportações para Argentina, México, EUA, Austrália e Europa. Em 12 de abril de 2006 o controle acionário da Pernal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., controladora da Plaspar, foi adquirido pela joint venture fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC e Franklin Mutual Advisers LLC, com sede em Delaware, Estados Unidos.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 25,2%, quando comparado com o ano de 2016, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2017, apresentou uma recuperação de 10,8% quando comparado com o ano anterior. A Companhia mostrou também uma recuperação na margem bruta, passando de 10,1% negativo em 2016 para 5,7% positivo em 2017, resultado que se dá em razão da melhora nas vendas de veículos, além das diversas medidas para redução de custos adotadas pela Administração, tais como, redução de benefícios e do número de colaboradores (cerca de 1.100 desligamentos entre dezembro de 2015 e dezembro de 2017).



INVESTIMENTOS

A Companhia vem mantendo os investimentos necessários para atender a produção atual e os novos contratos celebrados, buscando a melhoria da produtividade e redução de custos, totalizando "CAPEX", em 2017, de R\$ 5 milhões (R\$ 4 milhões em 2016).

RECURSOS HUMANOS

A despeito das adversidades econômicas no País, apesar da necessária redução de seu quadro funcional, a Companhia continuou investindo no desenvolvimento profissional de seus colaboradores, com aproximadamente 40,4 horas de ensino e treinamento por colaborador (nos últimos 12 meses), focados em cursos de aprendizagem do SENAI, estágios, supletivo, além de treinamentos internos, com desenvolvimento técnico e operacional. A Companhia encerrou o ano de 2017 com um quadro de 1.808 colaboradores (2.021 em 2016).

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS INDEPENDENTES

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizados pela BDO RCS Auditores Independentes. Informamos que no exercício de 2017, a Companhia não contratou, junto aos seus auditores, serviços não relacionados à auditoria externa. A política da Companhia e sua controlada na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente, que são: auditor não deve auditar seu próprio trabalho; o auditor não deve exercer função de gerência em seu cliente e o auditor não deve advogar para seu cliente.

- Os Diretores qualificados declaram que:
 - a) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.
 - b) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras.

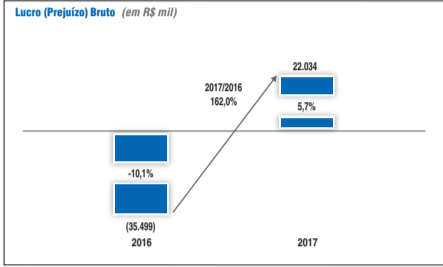
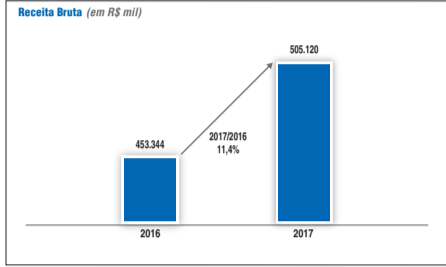
AGRADECIMENTOS

Uma vez mais agradecemos a todos aqueles que estiveram presentes e nos apoiaram durante o transcorrer do exercício de 2017, dentre os quais, os nossos Colaboradores, Clientes, Fornecedores, Acionistas, Instituições financeiras, Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia. **O EBITDA e as informações não financeiras incluídas neste relatório, assim como os percentuais derivados, não foram auditados pelos nossos auditores independentes.**

Campinas, 05 de fevereiro de 2018.
A Administração

Cenário Automotivo	FONTE: ANFAVEA - BRASIL		
	2016	2017	VAR. %
PRODUÇÃO DE VEÍCULOS.....	2.156	2.700	25,2%
VENDAS DE VEÍCULOS.....	2.050	2.240	9,2%

Apresentamos a evolução dos nossos resultados financeiros:



BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	11	8	1.128	459
Contas a receber de clientes (Nota 6).....	-	-	25.844	25.545
Estoque (Nota 7).....	-	-	38.826	52.094
Tributos a recuperar (Nota 8).....	-	-	856	1.859
Outros ativos.....	16	17	7.075	4.735
	27	25	73.729	84.692
Não circulante				
Outros ativos.....	-	-	3.857	3.834
Tributos a recuperar (Nota 8).....	-	-	2.750	2.826
Depósitos judiciais.....	-	-	4.349	4.160
Imobilizado (Nota 12).....	7	7	439.690	476.774
Outros ativos não circulantes.....	-	-	9.005	9.132
	7	7	459.651	496.726
Total do ativo	34	32	533.380	581.418
			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.	
Passivo e Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (Nota 13).....	-	-	370.963	333.886
Fornecedores.....	-	-	51.049	38.686
Impostos e contribuições a recolher (Nota 22).....	21	21	29.284	133.279
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Notas 14 e 22).....	-	-	27.234	76.932
Adiantamentos de clientes (Nota 15).....	-	-	82.296	84.803
Partes relacionadas (Nota 10b).....	-	-	59	2.380
Provisão para Passivo a Descoberto.....	248.361	177.534	-	-
Outros passivos.....	-	-	70.281	45.931
	248.382	177.555	631.166	715.897
Não circulante				
Provisões para contingências (Nota 16.b).....	-	-	9.636	12.799
Partes relacionadas (Nota 10.b).....	8.703	7.581	-	-
Salários, férias e encargos sociais a pagar (Notas 14 e 22).....	-	-	7.389	4.024
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9.a).....	-	-	14.114	7.462
Impostos e contribuições a recolher (Nota 22).....	-	-	128.386	26.430
Outros passivos.....	-	-	13	105
	8.703	7.581	159.538	50.820
Total do passivo	257.085	185.136	790.704	766.717
Patrimônio líquido (Nota 17)				
Capital social.....	481.972	481.972	481.972	481.972
Reserva de capital.....	22.269	22.269	22.269	22.269
Ajustes de avaliação patrimonial.....	7.717	8.345	7.717	8.345
Prejuízos acumulados.....	(769.009)	(697.690)	(769.009)	(697.690)
	(257.051)	(185.104)	(257.051)	(185.104)
Participação de não controladores.....	-	-	(273)	(195)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(257.051)	(185.104)	(257.324)	(185.299)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	34	32	533.380	581.418
			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de Reais)

	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
	Opções e ações outorgadas reconhecidas	Total					
Saldo em 31 de dezembro de 2015.....	481.972	22.269	9.725	(447.234)	66.732	81	66.813
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado.....	-	-	(2.091)	2.091	-	-	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado.....	-	-	711	(711)	-	-	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(251.836)	(251.836)	(276)	(252.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	481.972	22.269	8.345	(697.690)	(185.104)	(195)	(185.299)
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado.....	-	-	(952)	952	-	-	-
Impostos diferidos sobre realização do custo atribuído ao ativo imobilizado.....	-	-	324	(324)	-	-	-
Prejuízo do exercício.....	-	-	-	(71.947)	(71.947)	(78)	(72.025)
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	481.972	22.269	7.717	(769.009)	(257.051)	(273)	(257.324)
			As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Plaspar Participações Industriais S.A. ("Plaspar S.A." ou "Companhia"), com sede na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação como sócia majoritária da controlada Plaspar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. ("Plaspar Ltda."), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plaspar Ltda. possui plantas industriais, localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG. As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes e outros componentes menores. A produção de produtos não automotivos, com foco na injeção e montagem de componentes de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

O controle acionário da Pernal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., que atualmente detém 46,09% do capital social da Companhia, pertence a *joint venture* fundada em 2005 entre WL Ross & Co. LLC (75,7%) e Franklin Mutual Advisers LLC (24,3%), com sede em Delaware, Estados Unidos. Adicionalmente, o capital social da Companhia é composto pela Postal Institute de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos e por outros acionistas individuais que atualmente detêm 17,80% e 36,11% respectivamente.

Situação Financeira
Em 2017, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 25,2%, quando comparado com o ano de 2016, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, no exercício de 2017, apresentou uma recuperação de 10,8% quando comparado com o ano anterior.

A Companhia foi nomeada em novos projetos para fabricação de peças injetadas para veículos junto a seus atuais clientes, bem como naquelas montadoras que estão se estabelecendo no Brasil, além de novos negócios não ligados ao setor automotivo, dos quais alguns ainda se encontram em fase de desenvolvimento, e outros já tiveram sua produção iniciada.

A Companhia continua tomando medidas para reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria-prima etc), tudo de acordo com o processo de reestruturação da Companhia, que também culminou com o fechamento das unidades industriais de Pindamonhangaba/SP e Campinas/SP e alienação das operações na Argentina, corte de benefícios e redução no número de colaboradores (cerca de 1.100 colaboradores entre dezembro 2015 e dezembro 2017). Em função destas medidas de redução de custos, houve uma recuperação no lucro bruto e EBITDA verificado em 2017 em relação a 2016.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 557.437 e patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 257.324. Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no período corrente e no período comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 769.009.

A Companhia possui contratos bancários vencidos e, em 2017, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 71.008 (Nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"). Para esses contratos vencidos, a Companhia vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito.

Diante das negociações em andamento e do claro esforço da Companhia para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte da Companhia, expectativa de que ocorra qualquer execução, em especial, por que, conforme fato relevante publicado em 30 de maio de 2017, a Companhia celebrou, no dia 24 de maio de 2017, um Contrato *Standstill*, por intermédio do qual teve início um processo de renegociação do endividamento bancário da Companhia junto aos principais bancos credores. O contrato *Standstill* teve o prazo de vigência inicial de 60 dias, tendo sido prorrogado por 30 dias adicionais.

Atualmente, as partes envolvidas continuam em processo de renegociação e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não há qualquer risco de não renovação do acordo ou execução da dívida. A Companhia contratou, às suas expensas, uma consultoria especializada - dentre opções indicadas pelos bancos credores - a qual está concluindo uma completa análise da situação econômica e financeira da Empresa e, ao final do trabalho, emitirá um parecer conclusivo sobre um plano concreto de recuperação do endividamento bancário, a ser apresentado e devidamente validado junto aos bancos credores e executado pela Companhia.

Além disso, a Companhia continua conduzindo os trabalhos relacionados à busca de um novo investidor privado, com vistas a viabilizar um processo de capitalização da Empresa. A Companhia estuda ainda outras alternativas para continuar o processo de saneamento da posição financeira e aumento das fontes de caixa como o contínuo aumento de suas operações em indústrias que apresentam maiores margens.

A administração da Companhia revisou as projeções considerando os novos projetos para fabricação de peças injetadas e estima uma recuperação no volume de vendas em torno de 22,1% em 2018 se comparado com 2017. Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2018 aponta para um aumento de 13,2%. Adicionalmente, a Companhia formalizou o parcelamento de seus débitos tributários vencidos através da adesão aos programas de recuperação tributária divulgados em âmbito Estadual e Federal (Nota 22).

A Companhia celebrou contratos de empréstimos com o Fiat, a título de adiantamento em função da forte retração do mercado atual e escassez de crédito. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo destes adiantamentos é de R\$ 77.897 (Nota 15). A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 30 de janeiro de 2018.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

(a) Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia incluem as demonstrações contábeis da Plaspar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plaspar Ltda.", a qual possui participação de 99,89% em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria: empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado
A Companhia avalia na data de cada balanço se o valor líquido objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.10 Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos com um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações.....	25 a 50
Máquinas.....	8 a 25
Moldes.....	11 a 15
Móveis e utensílios.....	10 a 15
Veículos.....	5 a 6
Equipamentos de informática.....	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável (Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)) como demonstrado na Nota 12.

2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando aplicável for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para indenizações compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.16 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita de vendas quando o produto for mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotivos. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(b) Venda de ferramentas

A Companhia desenvolve e vende ferramenta para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramenta está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentas são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do fermental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.19 Arrendamentos

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Para pagar a taxa de arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.20 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.21 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Em AGE realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1.

2.22 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.23 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CVM

Norma:	IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.
Vigência:	1º de janeiro de 2018.
Principais pontos introduzidos pela norma:	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros designados ao valor justo deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não na demonstração do resultado do período.
Impactos da adoção:	A administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não traz impactos significativos para a Companhia, principalmente em relação à mensuração dos instrumentos financeiros quando comprado com os princípios do IAS 39.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo IFRS 9.

Norma:	IFRS 15 - Receita de contratos com clientes.
Vigência:	1º de janeiro de 2018.
Principais pontos introduzidos pela norma:	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.
Impactos da adoção:	A administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não traz impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.
	Os impactos observados estão relacionados ao ambiente de controle da Companhia, sendo necessária a revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos e controles, como o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do IFRS 15.

	2017	2016
Norma:	IFRS 16 - Leases	
Vigência:	1º de janeiro de 2019.	
Principais pontos introduzidos pela norma:	Essa norma substitui a Norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/ CPC 06 (11). Operações de arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	
Impactos da adoção:	A avaliação da Companhia de todos impactos da nova norma está em andamento. Nossa avaliação está sendo conduzida junto a diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma.	

Não há outras normas, alterações de normas e interpretação que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas informações contábeis.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos foram devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)) como demonstrado na Nota 12.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	2017	2016
Contas a receber de clientes (Nota 6).....		4.872	5.375
Fornecedores.....		(636)	(2.766)
Exposição líquida.....		4.236	2.609

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para especular o risco de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Consolidado	2017	2016
Empréstimos e financiamentos.....		6,79%	10,18%
(1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.		(58.412)	(67.943)

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2017.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais ("OEM") e reposição/concessionárias ("DSH"), incluindo contas a receber em aberto e operações comprometidas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas viem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantém fundos de curto prazo de R\$ 377 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 87) que se espera serem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Consolidado	2017	2016
Até três meses.....		267.493	32.462
De quatro a 12 meses.....		48.928	2.121
Entre um e cinco anos.....		59	-
Acima de cinco anos.....		65.551	1.030
Total.....		382.031	35.613

Em 31 de dezembro de 2017

Empréstimos e financiamentos..... 267.493 32.462 70.726 282 370.963

Fornecedores..... 48.928 2.121 - - 51.049

Passivos com partes relacionadas..... 59 - - - 59

Outros passivos..... 65.551 1.030 3.713 - 70.294

Total..... 382.031 35.613 74.439 282 492.365

	Consolidado	2017	2016
Até três meses.....		49.624	148.806
De quatro a 12 meses.....		33.172	2.691
Entre um e cinco anos.....		2.380	-
Acima de cinco anos.....		39.770	1.261
Total.....		124.946	152.758

Em 31 de dezembro de 2016

Empréstimos e financiamentos..... 49.624 148.806 112.712 22.744 333.886

Fornecedores..... 33.172 2.691 2.823 - 38.686

Passivos com partes relacionadas..... 2.380 - - - 2.380

Outros passivos..... 39.770 1.261 4.820 185 46.036

Total..... 124.946 152.758 120.355 22.929 420.988

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Companhia não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 13).....		
Capital de giro - moeda nacional.....	266.529	268.684
"Leasing".....	-	22
Finame.....	104.434	104.434
Total.....	370.963	373.118

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

(a) Empréstimos e recebíveis

	2017	2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.128	459
Contas a receber de clientes.....	25.844	25.545
Contas a receber de venda.....	3.857	3.834
Depósitos judiciais.....	4.349	4.160
Outros ativos.....	7.075	4.735
Total.....	42.253	38.733

(b) Outros passivos financeiros

	2017	2016
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores.....	51.049	38.686
Empréstimos.....	370.963	333.886
Partes relacionadas.....	59	2.380
Outros passivos.....	70.294	46.036
Total.....	492.365	420.988

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros	2017	2016
Capital de giro - moeda nacional.....	CDI + juros de 0,32% a 0,94% a.m.	266.529	232.637
"Leasing".....	Juros de 1,02% a 1,25% a.m.	-	22
FINAME.....	Juros de 0,21% a.m. a 0,45% a.m.	104.434	101.227
Total.....		370.963	333.886

A Companhia possui contratos bancários vencidos e, vem negociando diretamente com cada um dos bancos, buscando a melhor forma de equacionar os valores em aberto, no que vem tendo êxito. Diante das negociações em andamento e do claro esforço da Companhia para renegociar cada um desses contratos até o momento nenhum banco executou a dívida vencida. Não há, por parte da Companhia, expectativa de que ocorra qualquer execução. Adicionalmente, teve início o processo de renegociação de seu endividamento bancário junto aos principais bancos credores, por intermédio da assinatura de um "Contrato Standstill". Adicionalmente, o Contrato Standstill teve o prazo de vigência inicial de 60 dias, tendo sido prorrogado por 30 dias adicionais. Atualmente, as partes envolvidas continuam em processo de renegociação e, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, não há qualquer risco de não renovação do acordo ou execução da dívida.

A Companhia possui tecnicamente contratos bancários vencidos e, em 2017, possui saldo de empréstimos com vencimentos originais de longo prazo apresentados no curto prazo no montante de R\$ 71.008 (nota 4.1c), em razão do não cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants").

Dos empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., R\$ 93.161 são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Os financiamentos FINAME são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados. O montante total registrado em 31 de dezembro de 2017, R\$ 36.340 refere-se a contratos para aquisição de injeções, ainda em construção pelos fornecedores, registrado em contrapartida de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado.

14. SALÁRIOS, FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

	Consolidado	
	2017	2016
Encargos sociais (Nota 22).....	18.616	52.681
Identificações trabalhistas.....	767	5.537
Provisão férias.....	12.186	11.466
Plano de participação nos resultados - provisão.....	2.827	11.173
Outros.....	227	99
	34.623	80.956
Circulante.....	27.234	76.932
Não circulante.....	7.389	4.024

15. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Consolidado	
	2017	2016
Fiat Automóveis.....	77.897	58.644
MAN.....	250	10.931
Scania do Brasil.....	160	6.759
Volkswagen do Brasil.....	-	3.484
Volkswagen do Brasil.....	1.225	3.903
Mercedes Benz.....	882	624
Outros.....	1.882	458
	82.296	84.803

O montante de R\$ 77.897 (R\$ 56.933 em 31 de dezembro de 2016) trata-se de contratos de empréstimos celebrados com a Fiat (nota 1).

16. COMPROMISSOS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Arrendamento mercantil operacional (transação de Sale & Leaseback)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiá e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

b) Processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e civis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com as ações em curso, como segue:

	Consolidado	
	2017	2016
Provisões previdenciárias e trabalhistas.....	9.636	12.799
	9.636	12.799

A movimentação da provisão para demandas judiciais nos anos de 2017 e 2016 foi como segue:

	31 de dezembro de 2017				31 de dezembro de 2016			
	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas.....	12.799	8.205	(11.368)	9.636	12.799	8.205	(11.368)	9.636
	12.799	8.205	(11.368)	9.636	12.799	8.205	(11.368)	9.636

	31 de dezembro de 2016				31 de dezembro de 2015			
	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final	Saldo inicial	Adição	Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas.....	11.132	5.617	(3.950)	12.799	11.132	5.617	(3.950)	12.799
	11.132	5.617	(3.950)	12.799	11.132	5.617	(3.950)	12.799

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço
A Companhia tem ações de naturezas tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Consolidado	
	2017	2016
Tributárias.....	4.083	6.487
Trabalhistas.....	57.967	53.838
Cível.....	47.604	-
	109.654	60.325

Ativos contingentes
Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

(i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pela Companhia.

(ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2011, sendo o valor liberado no montante de R\$ 2.237, valor este questionado pela Companhia no que se refere a sua atualização para posterior emissão de ordem de liquidação e recebimento. Este saldo está contabilizado na rubrica de tributos a recuperar (nota B).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

a) Capital social

O capital autorizado é de 1.000.000.000 de ações, e dentro desse limite, o Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre a emissão, seu valor e quantidade de novas ações, bem como fixar as condições de subscrição e integralização das mesmas. Ainda, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos conselheiros e diretores da Companhia ou de Sociedade sob seu controle.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de setembro de 2015 foi aprovado grupamento de ações na proporção de 50 ações para 1. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital subscrito e integralizado está composto por 4.970.167 ações ordinárias nominativas e escriturais, sem valor nominal.

b) Reservas

(i) Reserva de capital - Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares, exceto valores por ação):

	2017		2016	
Numerador:				
Prejuízo líquido do exercício de operações continuadas.....	(71.947)	(251.836)		
Denominador:				
Média ponderada do número de ações.....	4.970.167	4.970.167		
Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$.....	(14,48)	(50,67)		

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não ocorreram transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias, assim como não ocorreram transações que gerassem efeito de diluição do lucro por ação. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta de vendas.....	505.120	453.344
Impostos incidentes sobre vendas.....	(106.310)	(97.130)
Devoluções e abatimentos sobre vendas.....	(9.635)	(4.829)
	389.175	351.385
Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (aliquotas de 7%, 12% e 18%), imposto sobre produtos industrializados - IPI (aliquotas de 5% e 15%), Programa de integração social - PIS (aliquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social - COFINS (aliquotas de 7,60% e 10,80%) e Contribuição previdenciária sobre faturamento (aliquota de 1%).		

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2017	2016
Matéria-prima, insumos e materiais de uso e consumo.....	(170.115)	(157.735)
Gastos com pessoal (Nota 23).....	(129.171)	(150.892)
Despesas com demissões (Nota 23).....	(3.890)	(14.287)
Fretes sobre vendas.....	(7.887)	(8.652)
Depreciação e amortização.....	(42.385)	(42.204)
Energia elétrica, água e telefone.....	(21.984)	(24.728)
Serviços de terceiros.....	(11.761)	(11.843)
Honorários da Administração (Nota 10).....	(9.300)	(9.304)
Comissões sobre vendas.....	(401)	(248)
Aluguéis de imóveis.....	(21.904)	(21.611)
Provisão para créditos duvidosos.....	450	(7.544)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7).....	585	(1.099)
Outros.....	(17.103)	(16.289)
	(434.866)	(466.494)
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos.....	(367.141)	(386.884)
Despesas com vendas.....	(16.430)	(26.939)
Despesas administrativas e gerais.....	(51.295)	(52.671)
	(434.866)	(466.494)

(1) No ano de 2016 a Plascar desligou aproximadamente 1.000 colaboradores como parte das medidas para redução de custos internos operacionais em função da desaceleração na produção de veículos no período.

21. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros.....	(77.651)	(81.075)
Encargos sobre impostos vencidos e parcelados *.....	(25.335)	(45.109)
Variáveis cambiais passivas.....	(2.822)	(4.194)
IOF.....	(867)	(1.423)
Outros.....	(549)	(1.350)
	(107.224)	(133.151)
Receitas financeiras		
Juros.....	83	169
Variáveis monetárias ativas.....	375	571
Variáveis cambiais ativas.....	1.805	1.213
Outros.....	95	55
	2.358	2.008
Resultado financeiro.....	(104.866)	(131.143)

*Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

22. OBRIGAÇÕES FISCAIS E ENCARGOS SOCIAIS

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 157.670 e R\$ 18.616 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 1.959 referem-se a vencidos e R\$ 166.082 parcelados.

	2017		2016		
	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	Circulante	Não Circulante
REFIS (PERT MP 783/17).....	71.220	-	-	11.947	59.273
Parcel. Ordinário PIS/COF/IFI.....	17.823	-	-	3.752	14.071
PIS.....	425	425	-	-	-
COFINS.....	1.945	1.945	-	-	-
ICMS (Regularizar - MG).....	58.370	-	-	6.091	52.279
ICMS.....	7.400	1.043	-	3.794	2.563
IPI.....	72	72	-	-	-
Outros (ISS IPTU).....	415	192	-	23	200
	157.670	3.677	-	25.607	128.386

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

STEPHEN JAMES TOY Presidente do Conselho de Administração	ANDRÉ CAMBALVA DO NASCIMENTO Vice-Presidente do Conselho de Administração	ANDREW CATUNDA DE ARAÚJO Conselheiro	HUGO LANCARTER MOL Conselheiro	EDSON FIGUEIREDO MENEZES Conselheiro
---	---	--	--	--

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

ANDRÉ CAMBALVA DO NASCIMENTO Diretor Presidente	GORDIANO PESSOA FILHO Diretor Financeiro e DRI
---	--

DIRETORIA (NÃO ESTATUTÁRIA)

DANIEL PAULO FOSSA Diretor da Unidade de Negócios Jundiá - SP	RONALDO PRADO SERENINI Diretor da Unidade de Negócios Varginha - MG
RITA APARECIDA DE SOUZA Diretora Comercial	ANA LÚCIA DE AGUIAR ZACARIOTTO Diretora de Recursos Humanos

CONSELHO FISCAL

MAURO CESAR LESCHZINER Conselheiro	CHARLES DIMETRIS POPOFF Conselheiro
--	---

CLAUDIO BATISTA

Gerente de Contabilidade
Contador CRC ISP170282/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **PLASCAR PARTICIPAÇÕES INDUSTRIAIS S.A.**, em reunião realizada no dia 30 de janeiro de 2018, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou, relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis da Companhia, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultados, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração de Valor Adicionado e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em processo de revisão pela BDO Auditores Independentes S.S. O Conselho Fiscal, baseado nos exames efetuados, recomenda que o relatório anual da administração e as demonstrações contábeis referidas acima sejam submetidas à aprovação dos Senhores Acionistas, na Assembleia Geral ordinária a ser oportunamente realizada. Jundiá, 30 de janeiro de 2018.

MAURO CESAR LESCHZINER - Secretário

CHARLES DIMETRIS POPOFF

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Plascar Participações Industriais S.A.**, Campinas - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, da **Plascar Participações Industriais S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações, individual e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Plascar Participações Industriais S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à **Plascar Participações Industriais S.A.** e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ênfase
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 22 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que a Administração da Companhia aderiu em agosto de 2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória nº 783/17, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, onde atualmente encontra-se em análise pela Receita Federal do Brasil - RFB, portanto, não homologado pela autoridade tributária competente, e, embora a Administração da Companhia entenda que a mensuração e reconhecimento da consolidação da dívida tenham sido efetuadas em bases consistentes e conservadoras, e dessa forma, não possui expectativa de ajustes relevantes decorrentes dessa consolidação, o deferimento confirmando a dívida consolidada dependerá da finalização da análise pela referida autoridade competente. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 11 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, que apesar de ter reduzido o prejuízo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tem apurado prejuízos repetitivos em suas operações, possui prejuízo acumulado e apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício nos respectivos montantes R\$ 72.025, R\$ 769.009, e R\$ 557.437. Essa situação, entre outras descritas na referida nota explicativa, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes em virtude dessas incertezas. Nossa opinião não está modificada em virtude desse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria - PAAs
Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Ativo Imobilizado
A situação verificada em 2017 é um reflexo de outros, a confirmação que um avaliador externo hábil foi contratado para avaliar os bens do ativo imobilizado das três principais Unidades Geradoras de Caixa - UGCs da Companhia: Jundiá, Varginha e Betim. Testamos a integridade e totalidade dos dados dos bens do ativo imobilizado fornecido pela Administração aos avaliadores externos, e com o apoio de nossos especialistas internos, checamos se as metodologias e premissas definidas pela Administração da Companhia para avaliações dos ativos por UGCs, foram apropriadamente aplicadas pelos avaliadores externos contratados quando do cálculo do valor justo dos bens do ativo imobilizado. Em base amostral, confrontamos a lista de bens avaliados contendo seus respectivos valores novos de reposição, vidas úteis remanescentes, valores de mercado, as fontes utilizadas para atribuição das vidas úteis, com as respectivas cotações externas de prep. Consideramos que as premissas utilizadas pela Administração para apuração do valor justo menos as despesas de venda são razoáveis e consistentes com dados e informações observáveis externas, quando alterados, poderão resultar em valores relevantemente diferentes dos apurados pela Companhia.

Instrumentos financeiros - Mensuração dos juros, multas e demais penalidades pelo atraso no pagamento das dívidas em aberto, com instituições financeiras, tributos e encargos sociais (Notas 13 e 22)

A Companhia apesar de ter reduzido o prejuízo no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, ainda tem apresentado dificuldades financeiras que é um reflexo de exercícios anteriores pela desaceleração na produção de veículos que afetou diretamente as suas atividades, como resultado, não cumpriu plenamente os pagamentos das suas obrigações com as instituições financeiras, tributos e encargos sociais. Assim, vem postergando os pagamentos e/ou renegociando os termos das dívidas com as instituições financeiras, tributos e encargos sociais, cujo os montantes respectivamente são R\$ 370.963 e R\$ 166.082, além de aderir a programas de parcelamento tributários com o governo. Portanto, devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação destas operações e, consequentemente, a necessidade de se avaliar o adequado tratamento contábil para a mensuração dos instrumentos financeiros envolvidos, focamos nossos trabalhos nessa área por ser um tema sensível em função da situação financeira e operacional da Companhia e principalmente pela dívida mensuração dos valores a serem liquidados.

Parcelamentos tributários - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT (Nota 22)
A Administração da Companhia aderiu em agosto de 2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, que foi instituído pela Medida Provisória nº 783/17, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/17 de 24 de outubro de 2017, que prevê dentre outros objetivos proporcionar condições especiais para a negociação de dívidas tributárias e não tributárias com a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Nesse contexto, a Administração da Companhia apuro e consolidou sua dívida conforme apresentado na referida Lei apurando o montante de R\$ 158.811, sobre os quais utilizou o montante de R\$ 81.159, de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), gerando uma reversão a crédito no resultado, por conseguinte, permaneceu com o saldo de R\$ 77.652 de obrigações tributárias e não tributárias, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas findas em 31 de dezembro de 2017. Portanto, considerando a complexidade do processo de consolidação das dívidas tributárias e não tributárias, o período de alcance, a relevância dos montantes envolvidos, e os respectivos impactos que podem ocorrer nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e caso o pleito da Companhia não seja plenamente homologado nos montantes apurados pela Administração da Companhia pelas autoridades fiscais competentes, julgamos a necessidade de foco nessa área por ser um tema sensível em função do montante apurado no resultado do exercício pela Companhia.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como demonstração suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CP9 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros Auditores Independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 07 de março de 2017.

	2017		2016		
	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	Circulante	Não Circulante
IRRF (Empregados).....	2.058	2.058	-	-	-
REFIS INSS (PERT MP 783/17).....	5.747	-	-	3.284	2.463
Parcel. Ordinário INSS.....	3.056	-	-	643	2.413
Desoneração Folha.....	1.117	1.117	-	-	-
INSS (Empresa).....	2.736	777	1.959	-	-
INSS (Empregados).....	616	616	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa).....	3.299	-	-	773	2.515
	18.616	4.568	1.959	4.700	7.389
Soma (Empresa).....	173.612				